



A ONU novamente difama Israel

(The Telegraph, RU, Charles Moore, 23.05; Sam Mednick, Agência AP, 29.05; Departamento de Estado dos EUA, 28.05; Kassy Akiva, Daily Beast, 27.05)

Em 23.05 o Subsecretário-Geral para Assuntos Humanitários da ONU, Tom Fletcher, conhecido por sua hostilidade a Israel, ao ser entrevistado mais uma vez pela BBC sobre o conflito em Gaza, declarou que 14 mil recém-nascidos morreriam de inanição nos seguintes dois dias. Essa extraordinária notícia foi logo retransmitida em todo o mundo por agências de notícias e pela mídia.

Dois dias depois ficou evidente que nenhuma morte por falta de nutrição foi verificada. Fletcher havia desvirtuado o conteúdo de um relatório da “Integrated Food Security Phase Classification” (IPC), que estimou “poderiam ocorrer 14.100 casos severos de má nutrição aguda durante um ano se não houvesse aumento do nível de ajuda humanitária”, sendo que esse aumento já estava ocorrendo por meio de uma nova ONG e da própria ONU.

Como se não bastasse, Mathilda Heller publicou (Jerusalem Post, 28.05) que uma semana após a difamação sobre os recém-nascidos, Tom Fletcher declarou à CNN em 26.05 que havia 10 mil caminhões da ONU detidos na fronteira com Gaza, ao que o governo de Israel reagiu, acusando-o de difamação, dado que, na realidade, há centenas de caminhões esperando que a ONU os leve a Gaza, dias depois que Israel demonstrou haver muitos trajetos que poderiam ser utilizados com segurança para fazer ampla distribuição dos alimentos.

(Obs: Cabe mencionar que desde o 7 de outubro de 2023 a BBC vem transmitindo regularmente notícias e comentários sobre histórias de fome aguda e generalizada (famine, em inglês). De resto, não se poderia esperar de Fletcher que fosse explicar na sua entrevista na BBC que o método de distribuição de alimentos pela ONU/UNRWA permitia ao Hamas apoderar-se deles para uso próprio e venda aos habitantes de Gaza, obtendo assim receita adicional para pagar os salários de seus milicianos).

A guerra em Gaza está sendo conduzida não apenas com armas, mas com propaganda e a ideia de que Israel está matando de fome seus habitantes equivale a “genocídio”, insulto repetidamente empregado e destinado a comparar os judeus aos nazistas, a desumanizá-los. Se Israel está matando recém-nascidos, jovens radicalizados em qualquer parte do mundo podem ficar motivados a matar judeus, como um deles vitimou um casal em Washington em 22 de maio.



A ONU e a BBC acabaram por admitir que ocorreu um “erro” na declaração do seu alto funcionário, mas muito depois de que o assunto reverberou na mídia global, em debates parlamentares, declarações de líderes políticos e de protestos diplomáticos.

A partir de um acordo entre os EUA e Israel, foi criada nos Estados Unidos a “Fundação Humanitária de Gaza-FHG” para executar a distribuição de alimentos para atingir dois milhões de pessoas, tendo iniciado com 150 mil e prevendo beneficiar um milhão até os primeiros dias de junho.

Essa atividade é executada por empresa americana de segurança e ex-militares americanos, que fazem o transporte em veículos blindados entre Israel e pontos de distribuição em Gaza. O procedimento foi iniciado com 4 pontos de distribuição e, enquanto não atingir uma escala suficiente, o atual sistema de ONGs contratadas pela ONU continuará fornecendo ajuda alimentar e continuará a ser utilizado regularmente para distribuir em Gaza a ajuda não-alimentar, como suprimentos médicos, artigos de higiene e material para abrigar a população.

O porta-voz do Departamento de Estado americano divulgou em 27.05 que a FHG “de acordo com os princípios de independência e imparcialidade, começou a fornecer ajuda ao povo de Gaza...aproximadamente 8 mil caixas de alimentos foram distribuídos até agora. Cada caixa alimenta 5.5 pessoas por 3 dias e meio, num total de 462 mil refeições...Hamás se opõe a essa dinâmica, tentou interromper a ajuda...e falhou...Ouvimos sobre a resistência de certas ONGs e da ONU...Isso é lamentável...Opor-se a transferir comida...porque alguém pode se sentir excluído...é o máximo da hipocrisia”.

O sítio Daily Beast, que dispõe de um vídeo (pic.twitter.com/ZiystBCxpC) em que habitantes de Gaza aplaudiam os funcionários americanos e gritam “Obrigado, América”, publicou que, segundo um alto funcionário americano, a Casa Branca estava “orgulhosa” de apoiar a “incrível missão” da Fundação Humanitária de Gaza e que a FHG é uma ameaça direta ao sistema anterior que permitia ao Hamás de pilhar a assistência destinada ao povo de Gaza”.

(Nota da Redação: O direito humanitário permite o controle da distribuição de alimentos para impedir que caiam nas mãos do inimigo. O fato dos EUA e Israel terem criado um mecanismo muito mais seguro e eficaz permitiu algumas intrigas, por exemplo a de uma apresentadora da TV France24 (28.05), de que a FHG não teria a tradição e competência na distribuição de ajuda humanitária, como se essa questão logística requeresse qualificação equivalente para realizar uma operação cirúrgica ou dirigir uma usina nuclear. Mencionou-se também que, logo ao início do programa, habitantes de Gaza se apoderaram da carga durante num incidente que durou 20 minutos, mas isso foi tolerado porque não cabia recorrer às armas pois se tratava de simples civis e não do Hamás.



A concepção da FHG evita os riscos do contato direto de israelenses com a população de Gaza no ambiente delicado da distribuição de comida e ao mesmo tempo apresenta os EUA como benfeitores, o que tende a favorecer também a relação do governo americano com Israel nesse tema humanitário).

A marcha do reconhecimento de um Estado Palestino

(Alan Baker e Maurice Hirsch, Jerusalem Center for Security and Foreign Affairs, 23.05; Jason Shvili, Allgemeiner, 20.05)

Desde o massacre de 07.10.23, 10 países reconheceram um Estado Palestino e os próximos poderão ser França, Reino Unido e Canadá, numa iniciativa relacionada com a convocação de uma reunião internacional para promover a “solução dos dois estados”, patrocinada pela França e Arábia Saudita e prevista para realizar-se em junho corrente na sede da ONU.

Até o presente 147 países membros da ONU (de um total de 193) já fizeram esse reconhecimento formal, sendo que cerca de dois terços deles ainda quando Yasser Arafat, líder da Organização pela Libertação da Palestina, proclamou a Declaração de Independência palestina em novembro de 1988, quando a OLP ainda estava sediada na Tunísia e incapaz de exercer qualquer tipo de governo.

Pelos Acordos de Oslo de 1993 e 1994 foi criada a Autoridade Palestina em Ramalá, com a atribuição de governar os palestinos residentes nas áreas que lhe seriam transferidas. A questão da criação de um estado ficou dependendo do resultado de negociações de uma paz definitiva com Israel, o que Arafat e seu sucessor Abbas sempre recusaram.

Sobre o anunciado próximo reconhecimento, Jason Shvili sugeriu no Allgemeiner uma lista de reivindicações que Israel poderia apresentar - presumindo-se que não seriam atendidas - como condição para aderir à criação desse estado:

1. Os palestinos precisam aceitar que Israel é o lar nacional do povo judeu e devem fazê-lo com ações e não apenas com palavras.
2. Os palestinos devem renunciar ao seu “direito de retorno”, pelo qual milhões de descendentes de refugiados da guerra de 1948, inclusive os que saíram voluntariamente de Israel, poderiam instalar-se em território israelense, com o resultado de transformar os judeus em minoria no seu próprio país.
3. Os palestinos devem autorizar aos judeus o acesso irrestrito a seus lugares santos, inclusive o Monte do Templo,
4. Os judeus devem ter o direito de viver no Estado Palestino, tal como os árabes palestinos têm esse direito em Israel.



5. O Estado Palestino não deve ter armas pesadas, como tanques e aviões de combate, nem abrigar os inimigos de Israel ou tornar-se um instrumento a serviço do Irã, como ocorreu em Gaza.

6. Os palestinos devem renunciar a reivindicar qualquer parte do território israelense e deixar claro que seu conflito com Israel está encerrado.

Essas são demandas razoáveis, segundo Shvili, com as quais os palestinos nunca vão concordar, porque a maioria deles nunca quis a solução dos dois estados. Eles querem uma Palestina “do rio ao mar” e essa é a verdadeira razão pela qual não há paz.

(N. da R.: Todas as pesquisas de opinião realizadas periodicamente na Margem Ocidental (Judeia e Samaria) e em Gaza confirmam a rejeição da solução dos dois estados pela população palestina. Essas pesquisas de opinião estão a cargo do Palestinian Center for Policy and Survey and Research (PCPSR), uma ONG palestina que as realiza desde meados da década de 1990. A entidade realiza pesquisas conjuntas com similares israelenses e é financiada pela União Europeia e a Fundação Ford. Os resultados são acessíveis pela internet.

Os dirigentes de Gaza declaram abertamente – e como consta de sua Carta Fundacional – que seu objetivo é a extinção de Israel, enquanto Mahmoud Abbas faz ocasionais declarações, em inglês, sobre a paz com Israel nos seus encontros com governantes estrangeiros, mas prefere limitar-se a demandar “o fim da ocupação israelense”, a qual aliás se limita a uma área menos povoada da Margem Ocidental. Mas em língua árabe, nenhum membro da Autoridade Palestina e nenhuma figura política, clerical ou da sociedade civil prega a impopular solução dos dois estados.

As iniciativas de alguns governantes de países da EU, como a França, por uma “solução política” para Gaza são de aceitação impossível por Israel enquanto o Hamas não for alijado do poder e se não houver um interesse da Autoridade Palestina por uma negociação de paz definitiva. Assim sendo, a “ameaça” de que mais alguns países reconheçam um Estado Palestino não vai se refletir numa mudança substantiva na situação atual de Israel nem nas relações entre israelenses e palestinos.

Vale observar que Gaza sempre foi um estado de fato, com governo independente e território delimitado, podendo-se sustentar que tinha (e ainda tem) até melhores condições materiais do que a Margem Ocidental para relações pacíficas com Israel: suas fronteiras são reconhecidas, não há “assentamentos” em Gaza e não haveria necessidade israelense de controlar a fronteira de Gaza com o Egito. Destarte, Gaza poderia ter obtido facilmente o reconhecimento israelense e internacional como um estado, podendo decidir livremente se desejaria uma união, federação ou confederação com a Margem Ocidental quando esta também houvesse resolvido



suas divergências com Israel. Infelizmente, o grande obstáculo em Gaza é a dominante ideologia totalitária islamista, que coloca a destruição de Israel muito acima dos interesses – e da própria vida - de sua população, como fartamente demonstrado ao longo das décadas.

Por outro lado, sem pretender entrar no mérito dos debates internos israelenses, pode arguir-se que, com ou sem reconhecimento de um Estado Palestino, Israel - como qualquer país da ONU - teria sempre o direito legal e legítimo de recorrer à força, de entrar no território de um estado palestino para neutralizar ameaças à sua segurança, de "declarar a guerra" quando necessário.

O simbolismo político, ainda que importante, de opor-se agora à criação desse estado ("seria como premiar o terrorismo", segundo uma declaração do governo de Israel) pode um dia ser substituído pela conveniência de reconhecê-lo se isso for também aceito em referendo pela maioria de seus cidadãos, tendo em conta que pelo menos um terço da população israelense gostaria de viver em paz com os palestinos e seu estado eventual nacional, mesmo após o massacre perpetrado pelo Hamas).